UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS - CEJURPS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA — PPCJ

CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO LINHA DE PESQUISA: HERMENÊUTICA E PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL

OS DIREITOS SOCIAIS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL

CARLOS HENRIQUE MALLMANN

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ

CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO LINHA DE PESQUISA: HERMENÊUTICA E PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL

OS DIREITOS SOCIAIS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL

CARLOS HENRIQUE MALLMANN

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Marcos Leite Garcia

SUMÁRIO

RESUMO	IX
ABSTRACT	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1	7
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	7
1.1 ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DOS DIREITOS	
FUNDAMENTAIS	7
1.1.1 CONCEITO	7
1.1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
1.1.2.1 A Pré-história dos Direitos Fundamentais	
1.1.2.2 Trânsito à Modernidade e Processo de Formação do Ideal dos	
Direitos Humanos	16 21
1.1.3.1 O Processo de Positivação	
1.1.3.2 O Processo de Generalização	۱ ک 2 <i>۸</i>
1.1.3.3 O Processo de Internacionalização	
1.1.3.4 O Processo de Especificação	
1.2 AS DIMENSÕES SUBJETIVA È OBJETIVA DOS DIREITOS	
FUNDAMENTAIS	36
1.3 A MULTIFUNCIONALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	43
CAPÍTULO 2	48
DIREITOS SOCIAIS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSO	AC
HUMANA	
2.1 A FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS	
2.1.1 CONCEITO	
2.1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS	
2.1.3 OS DIREITOS SOCIAIS COMO FUNDAMENTAIS: A JUSFUNDAMENTALIDADE DOS	S
DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	
2.2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
2.2.1 Considerações Preliminares	
2.2.2 A ORIGEM DO CONCEITO DE DIGNIDADE DA PESSOA	
2.2.3 DISTINTAS CONCEPÇÕES DE DIGNIDADE DA PESSOA	72
2.2.3.1 A dimensão ontológica, mas não exclusivamente biológica da	70
dignidade2.2.3.2 Dignidade e intersubjetividade: a dimensão comunicativa e relac	73
da dignidade da pessoa humana como o reconhecimento pelo(s) outro	

2.2.3.3 A dignidade como construção: a indispensabilidade de uma
perspectiva histórico-cultural da dignidade
2.2.3.4 A dignidade como limite e como tarefa: a dupla dimensão negativa e
prestacional da dignidade78 2.2.3.5 Da fórmula minimalista do homem-objeto para uma conceituação
2.2.3.5 Da formula minimalista do nomem-objeto para uma conceituação analítica possível da dignidade da pessoa humana
2.2.3.6 A necessária secularização e universalização da dignidade num
contexto multicultural – por uma concepção não "fundamentalista" da
contexto municultural – por uma concepção não Tundamentalista da dianidado
dignidade82 2.3 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA83
2.4 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL87
2.4.1 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO EXIGÊNCIA E CONCRETIZAÇÕES DO PRINCÍPIO
DA DIGNIDADE DA PESSOA92
CAPÍTULO 3 96
CAPITULO 3 90
A QUESTÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL96
3.1 O DIREITO AO MÍNIMO EXISTENCIAL96
3.1.1 Considerações Preliminares96 3.1.2 Fundamentos do Direito ao Mínimo Existencial101
3.1.2.1 A dignidade da pessoa humana101
3.1.2.2 A igualdade material104 3.1.2.3 A solidariedade social106
3.1.2.3 A solidariedade social
guanto a direitos sociais108
3.2 O MÍNIMO EXISTENCIAL E SUA CONEXÃO COM OS DIREITOS
FUNDAMENTAIS SOCIAIS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA109
3.3 A CONSAGRAÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO AO MÍNIMO
EXISTENCIAL115
3.4 DISTINTAS CONCEPÇÕES ACERCA DO MÍNIMO EXISTENCIAL123
3.4.1 TEORIA DAS NECESSIDADES HUMANAS126
3.4.2 O MÍNIMO EXISTENCIAL COMO "NÚCLEO DA DIGNIDADE HUMANA"131
3.5 UMA APROXIMAÇÃO AO CONTEÚDO DO MÍNIMO EXISTENCIAL133
3.6 A RESERVA DO POSSÍVEL E O MÍNIMO EXISTENCIAL136
CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS 148

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal a análise do Direito ao Mínimo Existencial como um direito subjetivo definitivo a prestações, plenamente exigível também pela via jurisdicional. O trabalho, que tem como fonte e foco de estudo diversas obras doutrinárias, artigos jurídicos, e julgados do STF, passa pela análise da origem, natureza e evolução dos direitos humanos. Da história dos direitos humanos chegamos aos direitos fundamentais, ou seja, aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, incluindo ai os Direitos Sociais considerados pela Constituição Federal de 1988 como autênticos Direitos Fundamentais de aplicabilidade imediata. Na seqüência uma abordagem da origem e do desenvolvimento histórico da dignidade da pessoa humana nos conduz ao princípio da dignidade da pessoa humana como alicerce do sistema constitucional brasileiro, como valor fonte do sistema constitucional, que condiciona a interpretação e aplicação de todo o texto, conferindo unidade axiológico-normativa aos diversos dispositivos constitucionais, servindo ainda como um dos fundamentos do direito ao mínimo existencial que através da intervenção do estado por meio de prestações normativas fáticas, possibilita o acesso a bens e serviços essenciais a uma existência digna. O direito ao mínimo existencial, compreendido também como direito e garantia fundamental, independe de expressa previsão constitucional, e sua composição reclama uma análise à luz das necessidades de cada pessoa, pois tanto o objeto quanto conteúdo do mínimo existencial, haverá de guardar sintonia com uma compreensão constitucionalmente adequada do direito à vida e da dignidade da pessoa humana, sempre destacando que os próprios direitos sociais específicos acabaram por abarcar algumas das dimensões do mínimo existencial.

Palavras chaves: direitos fundamentais, direitos sociais, dignidade da pessoa humana, mínimo existencial.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: Editorial Trotta, 2002.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros. 2008

ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ATRIA, Fernanda. "Existem Direitos Sociais?" in: Cláudio Ari Mello (Coord.), Os Desafios dos Direitos Sociais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 09-46.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. Revista USP, n. N. 53, Março/Maio/2002, p. 90-101, 2002.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003. v. 2

BITENCOURT NETO, Eurico. **O Direito ao Mínimo para uma Existência Digna.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22° ed. São Paulo, Malheiros, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 27 de outubro de 2010.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **A Constituição Aberta e os Direitos Fundamentais.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CESARINO JR, Antonio. **Direito Social Brasileiro**, vol. 1. São Paulo: Ed. Saraiva, 1970.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais**. In: *Revista Crítica Jurídica*, n. 22, jul-dez 2003, p. 17-29.

_____. *Desafio da efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais*. Disponível na Internet: http://www.mundojuridico.adv.br. Acesso em 28 de outubro de 2010

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos do homem.** São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania,** São Paulo: Moderna, 2000.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Teoría de las necesidades humanas.** Barcelona: Icaria, 1994.

DWORKIN, Ronald. El Dominio de la vida. Una Discusión acerca del Aborto, la Eutanasia y la Libertad Individual. Barcelona: Ariel, 1998.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FACHIN, Melina Girardi. Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FARIAS, Edilsom Pereira de. Colisão de Direitos: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação. 2ª Ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor. 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1999.

GARCIA, Marcos Leite. A contribuição de Christian Thomasius ao processo de formação do ideal dos direitos fundamentais. Revista Novos Estudos Jurídicos. Itajaí, v. 10, n. 2, p.417-437, jul.-dez. 2005.

	Car	acter	ísticas b	ásica	s do con	ceito integ	ral de [Direitos
Human	os Fundar	nenta	is. Anais	do C	onpedi de N	/laringá. 200	9. ISBN:	978-85-
7840-02	3-1.							
				_	_			
	"No	vos"	Direitos	Fund	amentais:	característi	cas básic	cas. In:
Âmbito	Jurídico,	Rio	Grande,	70,	01/11/2009	[Internet].	Disponív	vel em
http://wv	vw.ambito-							
juridico.	com.br/site	/index	c.php?n_lir	nk=rev	vista_artigos	_leitura&artiç	go_id=665	4.
Acesso	em 29/10/2	2010.						

GRIMM, Dieter. **Constitucionalismo y Derechos Fundamentales.** Trad. Antonio López Pina. Madrid: Ed. Trotta, 2006.

HÄBERLE, Peter. A dignidade humana como fundamento da comunidade estatal. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Dimensões da dignidade:* ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2009. p. 45-103.

HERKENHOFF, João Batista. **Curso de Direitos humanos**, Vol. I. São Paulo, Editora Acadêmica, 1994.

HERRERA, Carlos Miguel. Estado, Constituição e Direitos Sociais. In: Sarmento (Coord.), **Direitos Sociais, Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

HESSE, Konrad. Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha. Tradução de Luís Afonso Heck. 20ª ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Lisboa: Edições 70, 2005.

KRELL, Andréas Joachim. Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha: Os (des)caminhos de um Direito Constitucional "Comparado". Porto Alegre, S. A. F. Editor, 2002.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, Rogério Gesta. Condições e Possibilidades Eficaciais dos Direitos Fundamentais Sociais. Porto Alegre, Livraria Do Advogado, 2009.

_____. Perspectivas hermenêuticas dos Direitos Humanos e Fundamentais no Brasil. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos direitos fundamentais sociais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LOUREIRO, João Carlos Gonçalves. O Direito à Identidade Genética do Ser Humano. In: Portugal-Brasil Ano 2000, Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

MALUSCHKE, Günther. **A dignidade humana como princípio ético-jurídico.** Nomos: Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC, Fortaleza, v. 27, jul./dez. 2007.

MARTINS, Flademir Jerônimo Belinati. **Dignidade da pessoa humana: princípio constitucional fundamental**. Curitiba: Juruá, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional.** vol. IV, 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

MIRANDOLA, Giovanni Pico della. **Discurso sobre a Dignidade do Homem.** Lisboa: edições 70, 1986.

MORAES, Alexandre de. Direitos Fundamentais: comentários aos arts. 1° a 5°. da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 2° ed. São Paulo, Atlas, 1998.

NOVAIS, Jorge Reis. **Contributo para uma teoria do estado de direito.** Coimbra: Almedina, 2006.

NUNES, Rizzato. O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana - doutrina e jurisprudência. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLSEN, Ana Carolina Lopes. A Eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais Frente à Reserva do Possível. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

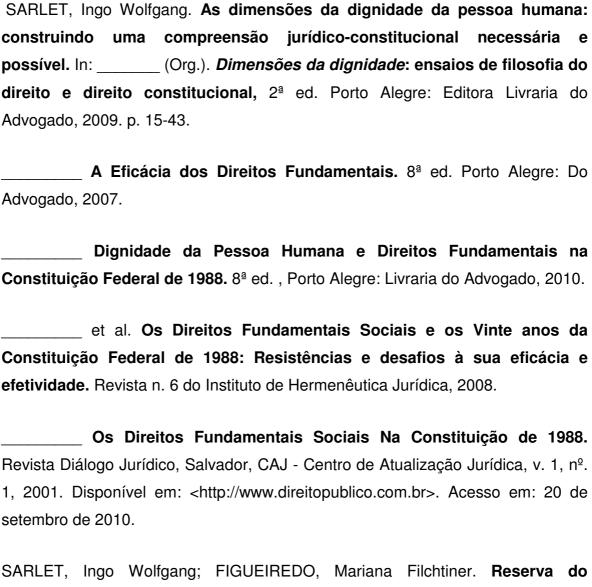
PECES-BARBA, Gregorio. **Curso de Derechos Fundamentales**: **teoría general.** Madrid: Universidad Carlos III, 1995.

La dignid	ad de la persona desde la Filosofía del D	Derecho. 2ª ed
Madrid: Dykinson, 2003.		

Lecciones de Derechos Fundamentales. Madrid: Dykinson,
2004.
Tránsito a la Modernidad y Derechos Fundamentales. Madrid:
Mezquita, 1982.
PEREZ LUÑO, Antonio-Enrique. Derechos Humanos, Estado de Derecho y
Constitución, 5ª. ed., Madrid: Tecnos, 1995.
La universidad de los derechos humanos y el Estado
Constitucional. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2002.
Los Derechos Fundamentales 7ª ed. Madrid: Tecnos. 1998.
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional.
11. ed. revi., ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
Direitos Humanos e o Princípio da Dignidade da Pessoa
Humana. Revista dos Advogados. Ano 23, nº 70. São Paulo: jul.2003.
PRIETO SANCHÍS, Luis. Los derechos sociales y El principio de igualdad
sustancial. Revista del Centro de estudios constitucionales, Madrid, n. 22, set/dez. 1995.
RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana
e a Exclusão Social. In: Revista Interesse Público, n° 04, 1999.
ROIG, María José Añón. Necesidades y Derechos. Madrid: Centro de Estudios
Constitucionales, 1994.

ROIG, María José Añón; AÑÓN, José Garcia. **Lecciones de derechos sociales.** 2ª Ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos.** in: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 48, 1997.



possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações. Direitos Fundamentais e Justiça, Porto Alegre, ano 1, nº 1, p. 171-193, out /dez. 2007.

SARMENTO, Daniel. **A ponderação de interesses na constituição.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

SILVA, José Afonso da. **A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia.** Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, n. 212: abril/julho 1998.

SODER, José. **Direitos do homem.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1960.

STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais.** São Paulo: Malheiros, 2004.

STERN, Klaus. **Das staatsrecht der bundes republic deustchland**. vol. III/1. Munchen: C. H. Beck, 1984.

TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial.** Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos direitos humanos**. 2ª ed São Paulo: Peirópolis, 2002.

TRUYOL Y SERRA, **Antônio. Los derechos humanos.** 3. Ed. Madrid: Tecnos, 1982.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Constitucionalismo e Direitos Sociais no Brasil**. São Paulo, Acadêmica, 1989.

_____ Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito.** São Paulo: Alfa Omega, 1994.